



DADOS DA OPERAÇÃO CONSULTADA

Número da Consulta:	161576
Tipo de Serviço ou Aquisição:	9601-7/01-02 Lavanderias [Relacionado ao subitem 14.10 da LC 116/2003]
Observação:	O subitem 14.10 descreve a atividade de "Tinturaria e lavanderia".
Natureza do Contratante:	Órgão Público Estadual
Tipo do Contratado:	Pessoa Jurídica
Optante do Simples Nacional:	Sim
Município do Tomador:	Brasília (DF)
Município do Prestador:	Brasília (DF)
Município da Prestação:	Brasília (DF)

INSS na Cessão de Mão de Obra

ORIENTAÇÃO

A retenção está dispensada se o beneficiário for optante do Simples Nacional. Entretanto, o prestador está proibido de exercer esta atividade mediante cessão de mão de obra, o que não torna a fonte pagadora responsável pelo desconto e recolhimento da contribuição na fonte, mas pode ensejar outras consequências **(Assista ao vídeo)**.

FUNDAMENTO LEGAL

O art. 191 da Instrução Normativa RFB 971/2009 estabelece que somente os serviços prestados por optantes do Simples Nacional tributados pelo Anexo IV da LC 123/2006 estão sujeitos à retenção previdenciária, o que não se aplica ao serviço ora examinado.

DISPENSA DE RETENÇÃO

Para efeito de dispensa da retenção do INSS não há obrigatoriedade de apresentação de qualquer declaração por parte da empresa prestadora, bastando a indicação no documento fiscal.

Ainda assim, a fonte pagadora poderá, a seu critério, realizar consulta ao Portal do Simples Nacional, imprimindo e anexando o comprovante da inscrição da contratada no regime simplificado.

IRRF de Pessoas Jurídicas

ORIENTAÇÃO

A retenção está dispensada se o beneficiário for optante do Simples Nacional, conforme Instrução Normativa RFB nº 765/2007.

Para efeito de dispensa do IRRF não há obrigatoriedade de apresentação de qualquer declaração por parte da empresa prestadora, bastando a indicação no documento fiscal.

Ainda assim, a fonte pagadora poderá, a seu critério, realizar consulta ao Portal do Simples Nacional, imprimindo e anexando o comprovante da inscrição da contratada no regime simplificado.

A declaração prevista na Instrução Normativa SRF nº 459/2004 se aplica obrigatoriamente APENAS para dispensa de retenção da CSLL, PIS/Pasep e COFINS, quando exigida de acordo com a legislação.



FUNDAMENTO LEGAL

Art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 765/2007.

ISS na Contratação de Pessoas Jurídicas

ORIENTAÇÃO

Segundo a Lei Complementar nº 116/2003, para o(s) serviço(s) do subitem 14.10, o imposto é devido no município de Brasília (DF). Nesta hipótese a retenção é obrigatória desde que a prestação do serviço tenha ocorrido no território do Distrito Federal. Se a prestação ocorrer em local diverso, a retenção está dispensada.

FUNDAMENTO LEGAL

Arts. 3º e 6º da Lei Complementar nº 116/2003 e art. 8º, caput e inciso VIII do Decreto DF nº 25.508/2005.

FATO GERADOR

O ISS tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que estes não se constituam como atividade preponderante do prestador, conforme art. 1º do Decreto Municipal nº 25.508/2005. **(Assista ao vídeo).**

LISTA DE SERVIÇOS

O serviço está previsto na lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, no subitem 14.10.

BASE DE CÁLCULO

A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, conforme art. 27, caput, do Decreto Municipal nº 25.508/2005.

ALÍQUOTAS

No Distrito Federal, na prestação do serviço descrito no subitem 14.10, a alíquota é de 5%, conforme art. 38, II do Decreto Municipal nº 25.508/2005, exceto se o prestador for optante do Simples Nacional (vide campo - SIMPLES NACIONAL - abaixo).

DISPENSA DE RETENÇÃO

Conforme art. 8º, § 1º, do Decreto Municipal nº 25.508/2005, não estão sujeitos à retenção:

- a) os profissionais autônomos inscritos no cadastro fiscal do DF;
- b) sociedades uniprofissionais inscritas no cadastro fiscal do DF; e
- c) o Microempreendedor Individual, optante pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEI.

DESTAQUE DA RETENÇÃO

O ISS deve ser destacado na Nota Fiscal de acordo com o Decreto DF nº 25.508/2005.

SIMPLES NACIONAL

A resposta para todos campos permanece a mesma, exceto a alíquota, que será a discriminada na Nota Fiscal ou 5% na falta de destaque, conforme art. 21, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006. Assista ao vídeo **Retenção de ISS dos optantes do Simples Nacional a partir de 2018** para entender melhor o tema.

VENCIMENTO

A importância retida deverá ser recolhida até o vigésimo dia do mês subsequente ao do período da apuração, conforme art. 71, I, b, do Decreto Municipal nº 25.508/2005.



FORMA DE RECOLHIMENTO

Através de documento de arrecadação instituído pelo município ou por meio de sistema de execução orçamentária ou financeira (SIAFI, por exemplo), na hipótese de existir convênio entre o município e o ente governamental ao qual a fonte pagadora está vinculada (União ou Estado).

DOCUMENTO FISCAL

De acordo com os arts. 15 e 16 da Portaria nº 403/2009, após a concessão de autorização de uso da nota fiscal eletrônica, o emitente poderá solicitar o cancelamento da nota, em prazo não superior a vinte e quatro horas, contado do momento em que foi concedida a respectiva autorização, desde que não tenha havido a circulação da mercadoria ou a prestação de serviço. A transmissão do pedido de cancelamento da nota fiscal eletrônica será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia.

São dispensados da emissão de documentos fiscais o profissional autônomo e a sociedade de profissionais ou sociedade uniprofissional, conforme arts. 89 do Decreto nº 25.508/2005.

IMUNIDADE E ISENÇÃO

De acordo com os arts. 2º e 3º do Decreto Municipal nº 25.508/2005, em Brasília (DF), o imposto não incide sobre:

- a)** as exportações de serviços para o exterior do País;
- b)** a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- c)** o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;
- d)** a promoção de espetáculos públicos por instituição cultural ou de assistência social, sem fins lucrativos;
- e)** a promoção de competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão, por federações de clubes ou por clubes desportivos com sede no Distrito Federal;
- f)** os profissionais autônomos não relacionados no art. 62 do Decreto Municipal nº 25.508/2005;
- g)** a prestação de serviços de transporte público de passageiros de natureza estritamente municipal, assim entendido aquele prestado mediante concessão ou permissão e fiscalização do poder público; e
- h)** os serviços prestados ao Programa de Fortalecimento e Modernização da Área Fiscal do Distrito Federal - PROMOTEC, tomados através de licitações ou contratações efetuadas dentro das normas estabelecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

O tomador do serviço, caso esteja obrigado a efetuar a retenção, deve observar as obrigações acessórias previstas na legislação municipal, especialmente em relação:

- a)** ao envio de declaração para o órgão fazendário com informações sobre os serviços tomados;
- b)** à entrega de comprovante de retenção do imposto para o prestador do serviço.